



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

GLENDANTAS CARDOZO

**ROTAS PARA A LIBERDADE:
O CIBERATIVISMO DE MULHERES NEGRAS NA PLATAFORMA
CONEXÃO MALUNGA**

SALVADOR

2021

GLENDA DANTAS CARDOZO

**ROTAS PARA A LIBERDADE:
O CIBERATIVISMO DE MULHERES NEGRAS NA PLATAFORMA
CONEXÃO MALUNGA**

Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de grau de bacharel em Comunicação com habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leonor Graciela Nathansohn.

Salvador

2021



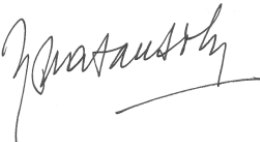
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO

Salvador, 02/06/2021

Ata de defesa pública de Trabalho de Conclusão de Curso

Nesta data, o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Rotas para a liberdade: O ciberativismo de mulheres negras na plataforma Conexão Malunga**, de autoria de Glenda Dantas Cardozo, sob orientação de **Leonor Graciela Natansohn**, foi apresentado em sessão pública e avaliado pela comissão examinadora, composta por **Thiane Neves Barros** e **Adriano Oliveira Sampaio**.

Com base em escala de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), considerando-se a média exigida para aprovação de 5,0 (cinco), de acordo com o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Colegiado de Graduação da Faculdade de Comunicação e com o Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, foram atribuídos ao referido TCC as seguintes notas:

Tabela de avaliação	Nota	Assinaturas
Thiane Neves Barros	10,0	
Adriano Oliveira Sampaio	10,0	
Leonor Graciela Natansohn	10,0	

Média final (valor numérico): 10,0

Média final (por extenso): dez

À todas que vieram antes de mim abrindo os caminhos.

À minha mãe, Sidália Dantas, minha maior incentivadora,
por acreditar no poder da leitura e na educação pública.

À minha avó, Carlinda Aleluia, que pela tecnologia da
oralidade, é a minha maior escola.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Sidália Dantas, meus irmãos George Dantas e Ruan José, e meu padrasto, Fábio Roberto, pelo companheirismo e pelas trocas.

A minha família, em especial minha avó Carlinda, pelas bases que construiu.

A Gabriel Bomfim, por não deixar de acreditar em mim nem por um minuto e por ter sido apoio fundamental durante a construção deste trabalho.

A professora Graciela Nathansohn, por todo o incentivo e pelas trocas cuidadosas.

A todas as minhas amigas e amigos, por direta ou indiretamente, estimularem todos os meus projetos. Em especial a Giselle Nátali, Grace Kelly Cardim, Joyce Dantas e Wesley Bomfim, por compartilharem das alegrias e angústias.

A Mariana Gomes, pela irmandade e parceria na profissão e na vida, e pelo convite à construção da Conexão Malunga.

Ao Feminismo Negro, pela abertura dos caminhos para que hoje eu pudesse contar as minhas próprias histórias.

Se cair a gente levanta

Mulher sim,

Negra sou,

Punhos cerrados até o fim

Meu tempo é agora.

Mel Duarte

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico 1 Perfil de quem trabalha com tecnologia no Brasil
- Gráfico 2 Total de denúncias de discurso de ódio entre 2006 e 2020
- Quadro 1 Nuvem das 50 palavras que envolvem os temas mais frequentes presentes em publicações textuais nas redes e site da plataforma Conexão Malunga

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Categorias temáticas mais presentes em publicações textuais nas redes e site da Conexão Malunga

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Meu lugar de fala.....	12
2. RACISMO E SEXISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	14
2.1 A mulher negra quer falar.....	14
2.2 Mulheres negras no mundo globalizado.....	16
3. RACISMO E CISSEXISMO NA CULTURA DIGITAL	19
3.1 As brechas tecnológicas.....	19
3.2 As brechas no acesso.....	20
3.3 As brechas digitais no uso e produção das TICs.....	22
4. MULHERES NEGRAS SE APROPRIAM DA INTERNET	27
4.1 Ciberativismo de mulheres negras.....	27
4.2 Atuações estratégicas de ciberativistas negras.....	30
5. CIBERATIVISMO DE MULHERES NEGRAS NA PLATAFORMA CONEXÃO MALUNGA	35
5.1 Metodologia.....	35
5.2 As rotas para a liberdade.....	36
5.3 Incidência política como estratégia para disputa de narrativas.....	38
5.4 Literacia Digital e as táticas de cibersegurança.....	40
5.5 Produção de conteúdo digital.....	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
7. REFERÊNCIAS	48

1. INTRODUÇÃO

O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na década de 1990, assume papel fundamental para o mundo globalizado. O processo de globalização impacta não somente em aspectos econômicos, como na cultura e comunicação social. A criação dessa sociedade em rede mediada pelas TIC's provocou impactos profundos na sociabilidade dos indivíduos e a criação de novos fluxos culturais globalizados. A internet teve papel fundamental nesse processo, pois estimulou a hiperconexão entre pessoas diversas, o que contribuiu para a criação de comunidades virtuais que constituiu novas formas de identidade.

No Brasil, mulheres negras estão na base da pirâmide social. São depositadas nas mulheres negras imagens de controle com base numa tríplice opressão de raça, classe e gênero. A partir do pensamento feminista negro, mulheres negras passam a reivindicar que a sociedade considere estas triplas opressões, tanto nos espaços de mobilização social, quanto nas políticas públicas de desenvolvimento. Com o avanço da globalização e da sociedade da informação, em que as TICs se tornam determinantes para sistemas sociais e econômicos, mulheres negras chegam a conclusão de que esse novo cenário requeriria novas formas de atuação.

Movimentando-se junto com iniciativas que incorporam os debates sobre democratização da comunicação ao ambiente digital, feministas negras passam a amplificar suas vozes através da incorporação das suas lutas aos ambientes digitais, com destaque para o pioneirismo da ONG Gelédes - Instituto da Mulher Negra (1988), com a criação do primeiro site de uma organização social no Brasil, em 1997, que abre os caminhos para a confluência de ciberativistas que emergem e dominam o ciberespaço. Blogagem Coletiva Mulher Negra (2012), Blogueiras Negras, Site Mundo Negro, bem como as diversas movimentações em blogs, sites de mídia negra, produção de conteúdo em plataformas de mídias sociais, localizam o ciberativismo de mulheres negras como fundamental para pensarmos no futuro das tecnologias de forma menos desigual.

O objetivo desta monografia é investigar como se dão as apropriações das TICs por mulheres negras, quais são os entrecruzamentos desta atuação e com quais intuitos, para analisar como esses saberes são incorporados por ciberativistas negras que constroem a plataforma Conexão Malunga. Para isto discutimos no

segundo capítulo, a partir do pensamento feminista negro, como o período colonial criou imagens de controle que mantém mulheres negras no nível mais alto de opressão. Vimos ainda como se deu o contexto de criação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil e como ativistas negras passaram a adaptar suas estratégias de luta com as mediações das TICs.

No terceiro capítulo é explicado como as desigualdades socioeconômicas, de raça e de gênero aparecem nos ambientes digitais. A parcela da população que fica à margem desse processo, não é acometida somente pela precariedade do acesso, como são completamente excluídas da produção e do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Em um contexto de imbricamento entre as relações racistas-cissexistas, mulheres negras aparecem ainda mais vulnerabilizadas, considerando que elas compõem o setor da população que é duplamente afetado pelas brechas tecnológicas de gênero e raça.

Na quarta parte explicamos como os marcos iniciais para o ciberativismo de mulheres negras no Brasil, estratégia utilizada para amplificar suas vozes e impulsionar mobilizações sociais. Além disso, na medida em que os discursos se amplificam em uma disputa de narrativas na web, cresce também o número de violências que acometem mulheres negras na rede, convocando as ciberativistas a traçarem estratégias de cibersegurança, tendo como base suas experiências vivenciais dentro e fora da internet.

Por fim, é realizada uma pesquisa exploratória com objetivo de investigar as ações da plataforma Conexão Malunga. Para investigar as ações da plataforma Conexão Malunga, optamos por analisar trechos de uma entrevista realizada com a co-criadora do projeto, Mariana Gomes, e depoimentos da co-criadora Glenda Dantas, autora destas linhas. Os depoimentos foram analisados tendo por base uma bibliografia que aborda as atuações de ciberativistas negras no Brasil. Aplicamos ainda uma análise dos temas de 103 conteúdos textuais produzidos pela CM no Instagram e site do projeto, “método que tem sido aplicado em pesquisas nas Ciências da Informação e da Comunicação”. (SILVA, Thais. 2019, p. 491). Para a pesquisa qualitativa utilizamos o software MAXQDA, além de procedimentos de análise manual.

1.1 Meu lugar de fala

Escolher discutir sobre ciberativismos de mulheres negras não é uma escolha aleatória. Lembro-me com bastante nitidez de quando eu estudava o Ensino Médio no Instituto Federal da Bahia, situado em Valença, quando foi solicitado para a minha turma um trabalho multidisciplinar sobre Luíza Mahin. O professor perguntou se alguém sabia algo sobre ela e o silêncio foi estarrecedor.

Quanto mais eu pesquisava na Internet sobre aquela mística heroína negra, mais irritada eu ficava com o absoluto desconhecimento sobre os levantes anti escravistas articulados por ela na Província da Bahia, no século XIX. Os conhecimentos adquiridos no IFBA fizeram girar uma chave na minha cabeça que, à época, eu ainda não concebia os impactos na reconstrução de imaginários e na consolidação de um posicionamento social e político.

Já na Universidade Federal da Bahia, lendo a intelectual negra Sueli Carneiro (2005), entendi que o apagamento das contribuições do continente africano e da diáspora negra era estrutural e intencionalmente provocado. Unida em aquilombamento com outras estudantes negras e negros na Faculdade de Comunicação da UFBA e na busca por referências negras em textos, palestras, rodas de conversa e lives nas redes sociais digitais, fui me aprofundando em discussões sobre racismo estrutural, racismo institucional, feminismo negro, interseccionalidade e legados de resistência do povo negro no Brasil e em diáspora. Especialmente das mulheres negras por toda América que no passado dedicaram-se e as de hoje que se dedicam em desvelar os impactos dos imbricamentos entre as violências de gênero e raça.

O acesso à internet foi fundamental na construção da minha identidade, processo semelhante ao de muitas outras meninas e jovens negras que conseguem construir imagens positivas sobre seus semelhantes, e como consequência, se vêem também com outros olhos. No circuito aquisição-troca de conhecimentos, o feminismo negro me ensinou que devo ser autora da minha própria vida. A autoafirmação e o autoconhecimento devem ser base para que nós, mulheres negras, não nos deixemos sucumbir pelas imagens de controle a nós impostas como forma de dominação. A execução deste trabalho é um esforço de fazer análises do meu próprio lugar social, tendo em vista que “o trabalho intelectual é uma parte

necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes” (hooks, 1995, p. 466).

Por isso, compreender os usos e apropriações das ferramentas digitais por mulheres negras se torna estratégia fundamental para pensar alternativas possíveis de desenvolvimento das tecnologias e da sociedade.

2. RACISMO E SEXISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O tópico aborda as imbricações entre raça, gênero e desigualdades sociais na sociedade brasileira. Discutimos a partir do pensamento feminista negro como o período colonial criou imagens de controle que mantém mulheres negras no nível mais alto de opressão. Apresentamos as estratégias de resistência de mulheres negras com a instituição do Movimento de Mulheres Negras, assim como as adaptações nas estratégias de luta no mundo globalizado.

2.1 A mulher negra quer falar

O marco no pensamento feminista negro está no discurso de Sojourner Truth (1797-1883), uma das mais importantes ativistas pelos direitos civis nos Estados Unidos da América, que na segunda convenção anual do movimento pelos direitos das mulheres, em Akron, Ohio, em 1852, discursou bravamente para uma plateia hostil e avessa à sua existência, reivindicando através das suas experiências, a humanidade de mulher e negra que lhe foi negada pela escravidão:

“Eu lavei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente - e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também - e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu - e eu não sou uma mulher? (apud bell hooks, 253)

O discurso público de Truth contribuiu enormemente para o encorajamento de outras mulheres negras - politicamente conscientes - a expressarem suas ideias e pontos de vista (hooks, 1981). Neste sentido, a construção do pensamento feminista negro, mais tarde, torna-se teoria social crítica, com a produção intelectual de mulheres negras tendo como base as análises dos seus próprios lugares sociais (Collins, 2019).

No Brasil, a produção feminista negra desponta no final da década de 1970 com a constituição do Movimento de Mulheres Negras (MMN), que em condições semelhantes a de mulheres negras nos EUA, viram em diversos momentos de sua militância e ativismo a temática específica da mulher negra ser secundarizada, mesmo em espaços que visam a emancipação social. Fosse no Movimento Negro (MN), que reproduzia discursos cissexistas, ou no Movimento Feminista, que baseado numa suposta universalidade de gênero, reproduzia o racismo e o classismo, mulheres negras viram suas pautas serem subitens, mesmo as

afrodescentes compoem metade da população feminina no Brasil (Carneiro, 2011, p. 121).

A filósofa Lélia Gonzalez (2020), é quem fornece insumos fundamentais para análise do panorama da divisão racial e sexual do trabalho no Brasil desde o período colonial. O desumanizador regime escravocrata teve na exploração da força de trabalho de mulheres e homens negros a sua fonte de enriquecimento e, embora para ambos o peso do racismo fosse marcador, o feminismo negro construiu conhecimentos/vivências que apontam o embricamento entre raça-classe-gênero na construção social de países da diáspora negra, condição em que os “esterótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam [mulheres negras] no nível mais alto de opressão (p.58).

Segundo a autora, esta “tríplice discriminação”, assim como seu lugar na força de trabalho está assentada em três imagens de controle, demarcadas ainda no período colonial: 1) Doméstica/mucama, quando recaiu sobre as mulheres negras “a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar, amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas” (p. 53); 2) Mãe-preta, era “aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância, cuidou e educou os filhos de seus senhores” (p. 53, 54); e 3) Mulata, sendo esta “exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos [...] para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional” (p. 59).

Essas imagens de controle são as bases de uma série de estereótipos que geram consequências severas para mulheres negras ainda na atualidade. O estudo “O Emprego Doméstico no Brasil”, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE/2013), aponta que mulheres negras compõem 61% das ocupadas nos serviços domésticos no período entre 2004 e 2011:

O contingente elevado de mulheres negras no trabalho doméstico é consequência da histórica associação entre este tipo de atividade e a escravidão, em que tal função era majoritariamente delegada às mulheres negras. Atualmente, ainda existem resquícios dessas relações escravistas no emprego doméstico, havendo, com frequência, preconceito e desrespeito

aos direitos humanos e aos direitos fundamentais no trabalho. (DIEESE, 2013, p. 6)

Tendo em vista as especificidades das mazelas que assolam mulheres negras no mercado de trabalho no Brasil, uma edição especial do boletim do DIEESE (2005), intitulada “Mulher Negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos”, indicou que

mais de um terço dos ocupados nas seis regiões pesquisadas [...] encontram-se em situação vulnerável de trabalho, isto é, são assalariados sem carteira assinada, autônomos que trabalham para o público, trabalhadores familiares não-remunerados ou empregados domésticos”. (DIEESE, 2005, p. 4)

Essa estrutura racializada é extremamente sofisticada na América Latina, pois o poder à branquitude é assegurado no mito da superiodidade branca, que utiliza da ideologia do branqueamento para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas (Gonzalez, 2020, p. 131). No Brasil, a leitura sobre a história e cultura do negro ainda tem sido pautada amplamente pela sociedade “via racismo ambíguo e mito da democracia racial. Esta visão tem sido disseminada nos diferentes espaços estruturais do poder e marca de forma diferenciada a história da negra e do negro” (Gomes, 2017, p. 95).

Nesse sentido, destaca-se a atuação do Movimento de Mulheres Negras (MMN) em denunciar as “lacunas existentes nas políticas públicas para mulheres, igualdade racial e de saúde que ainda contemplam de forma muito incipiente a inter-relação entre racismo, machismo, sexismo e desigualdades” e incluem nesta luta as violências específicas que atingem “as comunidades quilombolas, a intolerância religiosa, o extermínio da juventude negra, a LGBTfobia, o feminicídio de mulheres negras e a ditadura da beleza eurocentrada”. (Gomes, 2017, p. 74).

2.2 Mulheres negras no mundo globalizado

Com o desenvolvimento da Internet no fim dos anos 1990, foi-se percebendo os impactos que esta nova tecnologia poderia acarretar em termos de poder entre nações. Em um momento de disputa sobre a governança da internet, o Fórum Econômico Mundial, que aconteceu em Davos (CH), em 1996, foi o cenário onde o ativista digital e ensaísta John Perry Barlow apresentou a Declaração de Independência do Ciberespaço, demonstrando consternação em relação às tentativas de governos de países como Estados Unidos, China e Alemanha, de

erguerem “postos de vigilância nas fronteiras do Ciberespaço”. No período ele acreditava que o ciberespaço tratava-se de “[...] um mundo em que todos podem entrar sem privilégios ou preconceitos de raça, poder econômico, força militar ou lugar de nascimento”, e que estaria se desenvolvendo “um mundo onde qualquer pessoa, em qualquer lugar, poderá expressar suas crenças, não importa o quão singulares sejam, sem medo de ser coagido ao silêncio ou a conformidade” (Barlow, 1996).

A disputa de governos de países poderia significar a interrupção dos valores de liberdade que estariam se estabelecendo no Ciberespaço, em uma visão otimista do ativista. Comungando de expectativas semelhantes, pesquisadores no mesmo período e em anos subsequentes ainda defendiam a ideia de que a ascensão da Internet “poderia representar uma espécie de ambiente ‘colour blind’ ou seja, um espaço onde as diferenças seriam irrelevantes” (Trindade, 2020, p. 33). Entretanto, a

[...] apropriação das tecnologias digitais, segundo Samuel Wilson e Leighton Peterson (2002), não deve ser orientada pela visão demasiadamente otimista de que a Internet informaria e empoderaria mundialmente os indivíduos (“utopia online”) enquanto subverteriam estruturas de poder, porque tende a subestimar o poder do Estado de controlar o acesso à informação. (Barros, Z. 2019, p. 4).

Falar ao telefone, acessar mapas de geolocalização em veículos ou fazer transações por *internet banking* tornou-se rotina. A chamada ‘sociedade da informação’, baseada na apropriação e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), configura um cenário onde informações são adquiridas, armazenadas e distribuídas rápida e constantemente, modificando de forma drástica a organização da sociedade, abrangendo saúde, educação, governos, ativismos, economias, entre outros.

Almeida (2014) explica que as TICs assumem papel fundamental no estabelecimento de uma nova rede global “na qual sociedades com distintos modos de vida e histórias se entrecruzam”, o que acarreta em um “profundo impacto nos modos de vida cotidiana dos indivíduos, trazendo choques entre as culturas locais e fluxos culturais globalizados” (p.193).

O choque entre as culturas locais, especialmente com o desenvolvimento da rede mundial de computadores, provocou nos indivíduos a necessidade de buscar outras

peças para relacionarem-se socialmente e compartilhar interesses em comum. Assim vão se constituindo comunidades virtuais, agremiações de pessoas que compartilham experiências, emoções e uma afinidade subjetiva (Lemos, 2015), e nesse entrecruzamento “são geradas novas formas de solidariedade, de identidade, de ação social, assim como novas fontes de recursos econômicos”. (Almeida, 2014, p. 194).

Carneiro (2003) explica que na medida em que avançam os “processos relacionados à globalização e à nova ordem mundial” (p. 125), mulheres negras vão conscientizando-se de que este cenário requer novas formas de atuação. Nesse sentido, apropriam-se de ferramentas comunicacionais para viabilizar representações positivas da população negra, bem como visibilizar mobilizações e lutas contra o racismo, sexismo e outras opressões interligadas.

Apesar das limitações estruturais, que se refletem na desigualdade de acesso, por exemplo, “o espaço virtual tem sido um espaço de disputas de narrativas, pessoas de grupos historicamente discriminados encontraram aí um lugar de existir. Seja na criação de páginas, sites, canais de vídeos, blogs”. (Ribeiro, 2017, p. 86).

Nesse contexto, as mulheres negras têm-se tornado produtoras culturais, podendo assim disputar com o poder dominante (nesse caso, as mídias hegemônicas) as narrativas sobre o grupo. Desse modo, Passani e Arruda (2017) afirmam que os agentes formam grupos e elegem adversários, a fim de conquistar a hegemonia do campo cultural. [...] Entre os bens simbólicos em jogo estão o reconhecimento e a autoridade em determinada área desse campo. (Silva, 2019, p. 493).

Diante do exposto, torna-se importante compreender como estas novas sociabilidades mediadas pelas TICs ocasionam a reprodução das desigualdades racistas-cissexistas na cultura digital. Dessa forma, o tópico seguinte analisa as questões das brechas digitais de gênero e raça.

3. RACISMO E CISSEXISMO NA CULTURA DIGITAL

Neste tópico apresentamos o conceito de brechas tecnológicas/digitais. Deste modo, trazemos as suas características, exemplificamos como se dá a sua materialidade, bem como as imbricações do racismo-cissexismo que acarreta nas brechas digitais de gênero e raça.

3.1 As brechas tecnológicas

Quando pensamos no desenvolvimento e refinamento constante das tecnologias de comunicação, imaginamos uma sociedade hiperconectada inserida em um novo universo informacional livre, que alcançaria todas as pessoas, mas se o mundo é hierarquizado, tampouco o ciberespaço não o seria. A própria ideia de rede remete a uma falsa ideia de “neutralidade” das tecnologias, mas conhecimento não existe fora de um contexto social que o concebe. Para explorar todas as potencialidades que as TICs oferecem, é requerido dos sujeitos competências (educacionais, comunicacionais, culturais, cognitivas) que permitam a participação crítica e produtiva neste novo fluxo informacional, entretanto as tecnologias reproduzem desigualdades sociais que impedem não somente a partilha adequada dos recursos, como dificulta as possibilidade de pessoas ou grupos marginalizados serem sujeitos ativos na construção e uso das TICs. Esse cenário mina as possibilidades desses sujeitos de melhoria de sua condição social, bem como a sua participação no mundo (Almeida, 2014; Barros, T. 2020). E é nesse contexto que as brechas acontecem:

Brecha tecnológica ou o que Canclini (2015) também chama de techno-apartheid se configura na reprodução das desigualdades sociais no universo tecnológico. Grupos subalternizados, com pouco ou nenhum acesso à educação, acometidos por deficiências socioeconômicas e pertencentes a grupos minoritários como mulheres, negros e indígenas, enfrentam dificuldades de acesso e uso das ferramentas tecnológicas (Oliveira e Lima, 2020, p. 3).

Importante situar que em uma estrutura social racializada, as desigualdade étnico-raciais no ambiente digital se configuram em um “sistema de práticas [...] que privilegiam e mantém poder político, econômico e cultural para os brancos no espaço digital” (Tynes, Lozada, Smith, e Stewart, 2019, p.196, apud. Silva, Tarcízio 2020, p.130), além disso, a hegemonia masculina na construção, apropriação, pesquisa e desenvolvimento das tecnologias, tornam-se obstáculos

que as mulheres enfrentam para apropriarem-se da cultura tecnológica [...] Essa brecha engloba dimensões da vida que não podem ser entendidas

unicamente através de métodos estatísticos que medem presença e ausência por gênero, idade, classe social e demais indicadores sociais. Melhor dizendo, compreender essas brechas supõe conhecer, interpretar e entender como o gênero opera sobre a construção da ciência e da tecnologia e como as hierarquias da diferença de gênero afetam o desenho, o desenvolvimento, a difusão e a utilização das tecnologias (WACJMAN, 2006; KELLER, 1991), não só no nível dos sistemas de produção científica e técnica, mas também na dimensão subjetiva dos indivíduos (Nathansohn, 2013, p. 16).

Configura-se assim um cenário onde as brechas digitais estão atreladas às desigualdades socioeconômicas, de gênero e de raça.

3.2 As brechas no acesso

“Castaño (2010) [...] identifica três tipos de divisões ou brechas digitais. Uma delas refere-se à capacidade de acesso às redes, mensurável quantitativamente através de estatísticas demográficas (Natansohn, 2013, p.170)”. No Brasil, segundo a pesquisa TIC Domicílios¹ (2019), 74% do público masculino e 73% do público feminino são usuários de Internet. Entretanto, no que se refere ao uso exclusivo da Internet pelo celular, entre os homens o número é de 52%, enquanto entre as mulheres a porcentagem é de 63%, dado que também se relaciona com a pesquisa Domésticas conectadas (2019), que constatou que “que tais mulheres acessam a internet em média há apenas seis anos e 98% delas o fazem somente através do celular” (Lima e Oliveira, 2019, p. 4) e com o Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil (2013) do IPEA,

que avaliou a exclusão digital desse segmento populacional a partir da posse de computadores em domicílio e do acesso à internet, e concluiu que os domicílios chefiados por mulheres negras são os que mais carecem desses recursos em comparação com domicílios chefiados por homens negros, mulheres brancas e homens brancos. Esses dados vão de encontro às informações fornecidas pela Síntese de Indicadores Sociais de 2018 do IBGE na sessão que discute restrições de acesso em múltiplas dimensões, que apontam os domicílios chefiados por mulheres negras como os que apresentam maiores restrições de acesso à moradia adequada, educação, proteção social, serviços de saneamento básico e comunicação (Lima e Oliveira, 2019, p. 8 e 9).

A partir dos anos 1990 o acesso à Internet passou a ser considerado serviço fundamental em diversos países, razão pela qual governos começaram a lançar políticas de incentivo ao desenvolvimento desse setor, para dar conta do

¹ A pesquisa conta com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e de um grupo de especialistas de diversos setores. Para permitir a comparabilidade de seus resultados, a TIC Domicílios segue padrões metodológicos e indicadores definidos internacionalmente.

crescimento do uso. No Brasil, pesquisadores indicam que a expansão do acesso à internet entre as camadas sociais mais empobrecidas teria se dado a partir de meados dos anos 2000, a partir da contribuição de alguns fatores: 1. o período de aquecimento econômico teria acarretado a ampliação do poder de consumo e na facilidade do acesso ao crédito, 2. ampliação e diversificação da conectividade comercial, 3. popularização do Orkut no Brasil; 4. criação de programas públicos de inclusão digital, como os Telecentros públicos; 5. aquisição de computadores, em substituição ao uso de Lan Houses; 6. barateamento dos smartphones; e 7. popularização de ferramentas como Facebook e Whatsapp, oferecidos gratuitamente nos planos de dados das operadoras (Lima e Oliveira, 2019; Silva. Sivaldo, 2015).

As dificuldades no acesso e uso da Internet pela população negra no Brasil é identificável na pesquisa TIC Domicílios 2019, que revelou que 71% das pessoas pretas e 76% das pessoas pardas são usuários de Internet no Brasil. Entre as pessoas brancas o número é de 75%. Com a porcentagem de usuários brancos e negros quase proporcional, o que aponta a desigualdade são os dados relativos à qualidade do acesso. 65% das pessoas pretas e 61% das pessoas pardas utilizam o telefone celular de forma exclusiva para acessar a Internet, enquanto entre as pessoas brancas o número diminui para 51%.

Quando acrescentados os aspectos econômicos, o uso exclusivo de telefone celular para acessar a Internet é maior entre as parcelas da população que encontram-se nas classes mais empobrecidas: DE (85%), C (61%), B (26%) e A (11%). Em relação ao tipo de plano de pagamento do telefone celular, os dados indicam que 28% dos pretos, 30% dos pardos e 38% dos brancos utilizam o plano pós-pago.

Os dados da pesquisa TIC domicílios apresentados permite ainda constatar a vulnerabilidade de pessoas pobres no Brasil à uma grave problemática da democracia brasileira: a desinformação, que atinge com mais intensidade a parcela da população que possui apenas o celular como ferramenta de acesso à informação. Àqueles que utilizam apenas o plano pré-pago estão sujeitos ainda a prática de *zero rating** (ou tarifa zero), estratégia “pela qual as empresas de telefonia oferecem acesso a aplicações como o Whatsapp sem descontar dados da

franquia do pacote de Internet contratado pelo usuário (Intervozes, 2019, p. 22)”, dificultando a circulação e checagem de informações.

Desde 2005 o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) realiza a pesquisa TIC Domicílios com o objetivo de mapear o acesso às TIC nos domicílios rurais e urbanos do país e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais, mas somente na edição de 2019 que passaram a fornecer indicadores de raça/cor. Considerando que os dados obtidos contribuem para direcionar formulações de políticas públicas sobre TIC no Brasil, a inserção deste recorte, embora confortavelmente tardia, tendo em vista a necessidade de perpetuação de poder pelos grupos dominantes, pode significar melhor direcionamento de ações que combatam a desigualdade no acesso para a população negra e indígena no Brasil.

Relevante ainda destacar que no contexto de Sociedade da Informação, a brecha no acesso é precedente de violação do direito à comunicação, previsto no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), além de impactar ainda na possibilidade de execução dos 10 Princípios para o Uso e Governança da Internet no Brasil, aprovados por consenso pelos membros do Comitê Gestor da Internet no ano de 2009, com destaque para o princípio da Universalidade, que indica que “o acesso à Internet deve ser universal para que ela seja um meio para o desenvolvimento social e humano, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e não discriminatória em benefício de todos” (CGI.br, 2009).

3.3 As brechas digitais no uso e produção das TICs

“A segunda brecha, mais complexa, se detecta investigando o uso que as pessoas fazem da tecnologia e isso é o que demarcaria o grau real de incorporação efetiva à cultura digital” (Nathanson, 2013, p.170). Esta brecha acontece, em grande parte, por não serem ofertadas às pessoas as possibilidades de participarem ativamente dos processos de inteligência coletiva, que só seria possível com a literacia digital, ou seja, a aquisição pelos indivíduos das habilidades técnicas e cognitivas para o uso das TICs.

Sem dúvidas, é possível fazer uso da internet sem conhecimentos aprofundados sobre software ou hardware, mas para que o uso não se restrinja ao consumo passivo de informações, mas que possibilite também a criação de conteúdo, é fundamental ter algum conhecimento sobre

manipulação das ferramentas digitais. [...] Collado (2008) afirma que a segunda brecha digital de gênero é uma brecha de conhecimento. O déficit de conhecimento tecnológico, mesmo quando há formação superior, cria obstáculos para as mulheres no mercado de trabalho, na inserção, manutenção e ascensão na carreira, bem como na obtenção de melhores salários (Collado, 2008). Essa brecha de conhecimento é multifatorial, incide sobre ela não só as questões de gênero, mas também de classe, raça etc. (Lima e Oliveira, 2019, p. 5).

Os estudos ciberfeministas investigam se as relações com os aparatos tecnológicos impactam de maneira subjetiva na escassez de mulheres no desenvolvimento das tecnologias, no ensino superior e nas profissões tecnológicas. As suspeitas apontam os impactos do sexismo desde a infância, conforme já mencionado, bem como a falta de estímulo dos familiares para que elas sigam carreira nesta área, considerada masculina. (Lima e Oliveira, 2019; Nathansohn, 2013).

No Brasil, segundo o Censo da Educação Superior 2018, Pedagogia, com 92,5% e Serviço Social (89,9%) são os cursos com predominância feminina, enquanto Engenharia Mecânica, com 89,8% e Sistema de Informação (86,2%), são os cursos com predominância masculina, um contraste perceptível desta brecha digital. Para as mulheres negras pesa ainda a dificuldade do ingresso e permanência no ensino superior. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%), era 2,3 vezes maior do que o de mulheres negras (10,4).

A marginalidade no ensino superior conversa com a reprodução sistemática dos padrões de subalternidade a nós impostos, dimensão do racismo estrutural que versa com o apagamento sistemático de toda a contribuição negra para a história. Essa crença limitante de que pessoas negras foram/são desqualificadas para produção de conhecimento, atualiza os dispositivos de racialidade/biopoder. O epistemicídio, como nos ensina a filósofa Sueli Carneiro (2005), se constitui “num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (p. 96)”. Se a história que nos contam é propositalmente estruturada para pensarmos que o negro é, por natureza, inferior, não choca o apagamento da contribuição afrodiáspórica e africana nas ciências e tecnologias (Pinheiro, 2019).

A exclusão da população negra é sentida também no campo de estudos de gênero, ciências e tecnologias como revelado por Costa e Lima (2016). Conforme as autoras, essa área de conhecimento é caracterizada por pesquisadores predominantemente brancos, as lacunas também se apresentam nos recortes de pesquisa que raramente se debruçam sobre a intersecção entre raça, gênero e tecnologia. (Lima e Oliveira, ano, p. 9)

A combativa atuação do Movimento Negro na década de 1970 em alertar a sociedade e o Estado sobre a complexa imbricação entre as desigualdades sociais e raciais, implicou não somente em tais temáticas serem incorporadas as análises sociológicas, como na promulgação de duas leis que incidem no combate ao epistemicídio: Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e a Lei 12.711/12, que institui o sistema de ações afirmativas em universidades e institutos federais. Esta última permitiu que sujeitos discriminados saíssem da posição de objetos de pesquisa, para tornarem-se agentes ativos na construção de saberes acadêmicos sobre si e seus territórios.

Esse cenário é refletido também na terceira brecha digital, “detectada (seguindo Castaño) [quando] se observa o lugar das mulheres na produção, desenho e governança da tecnologia digital, isto é, em postos de comando (Nathanson, 2013, p.170)”. A ausência de mulheres, em geral, e mulheres negras, em particular, dentre os perfis daqueles que trabalham com tecnologia no Brasil é percebida na pesquisa #QUEM CODABR, que identificou, não surpreendentemente, que o perfil nestes cargos é de homens, brancos, jovens de classe média alta, que começaram as suas trajetórias nos centros formais de ensino.



Gráfico 1: Perfil de quem trabalha com tecnologia no Brasil (PretaLab, 2017).

Em 2017 a Olabi - organização sem fins lucrativos com foco em democratizar tecnologias - realizou a PretaLab, uma pesquisa que mapeou onde estão as mulheres negras na tecnologia. De forma inovadora, para além das áreas de tecnologia convencionais, que “engloba eletrônica, robótica e inteligência artificial, mas também - e talvez principalmente - a experimentação com fazeres outros que podem ser tradicionais e analógicos” (PretaLab, 2017, p. 7), o mapeamento teve o objetivo de estimular a inserção e permanência de meninas e mulheres negras e indígenas no universo das novas tecnologias.

A pesquisa da Olabi contou com 570 respondentes, todas mulheres, 96% eram negras e 4% indígenas, de todos os estados brasileiro, incluindo o Distrito Federal e teve dois objetivos principais: “mostrar como a falta de representatividade é um problema não só para o ecossistema de tecnologia e inovação, mas para os direitos humanos e a liberdade de expressão”, bem como “estimular referências positivas na busca que mais meninas e mulheres negras enxerguem as inovações, a tecnologia, as ciências como campos possíveis e interessantes de atuação (PretaLab, 2017)”.

Silvana Bahia, diretora de projetos do Olabi e coordenadora do PretaLab, chama atenção para os imbricamentos entre acesso e falta de referência, fatores que impactam na ausência de mulheres negras e indígenas nos espaços voltados para área de tecnologia e inovação:

Quase tudo relacionado a esse campo é caro, em inglês e são raras as políticas (públicas ou privadas) destinadas ao nosso ingresso e permanência nesses espaços. A falta de referência é outro fator determinante: se ser uma mulher nas tecnologias já é um desafio, imagina para nós, negras. A ausência de referências positivas sobre mulheres negras e indígenas é uma questão social que perpassa não apenas o mundo das tecnologias, mas os mais variados campos profissionais e de poder. (Silvana Bahia, 2017).

Os dados coletados revelaram que apesar das brechas digitais de gênero e raça, mulheres negras têm se apropriado das tecnologias e através das suas múltiplas experiências, desenvolvem um potencial extraordinário, seja nas áreas de inovação (29,1%), transformação social (14,6%) ou (3,2%) “com paixão confessa por tecnologia” (PretaLab, 2017, p.54).

Com base no que foi exposto e partindo da compreensão de que as relações cissexistas são determinantes nas tecnologias, apresentaremos no próximo tópico

as estratégias de atuação de mulheres negras no combate às desigualdades dentro e fora do ambiente digital.

4. MULHERES NEGRAS SE APROPRIAM DA INTERNET

Este tópico trata do ciberativismo de mulheres negras. Abordamos os marcos iniciais do ciberativismo destas mulheres no Brasil, assim como as vulnerabilidades que as acometem nos espaços digitais. Apresentamos ainda algumas das estratégias de proteção e inclusão por elas adotadas.

4.1 Ciberativismo de mulheres negras

Pesquisadoras brasileiras têm se debruçado em pesquisar e compreender como os feminismos latino-americanos utilizaram estrategicamente as novas Tecnologias da Informação e Comunicação para gerar visibilidade às suas lutas (Barros. Z. 2009; Nathansohn, 2013; Lima, 2017; Barros. T. 2020). De acordo Lima (2017), os discursos dos feminismos contemporâneos são marcados “pela horizontalidade [...], práticas plurais e heterogêneas, articulação com setores diversos da sociedade civil e o uso das TIC’s (p. 4 e 5).

A Marcha de Mulheres Negras 2015, por exemplo, é “possivelmente o primeiro grande levante de mulheres negras no Brasil que articulou estratégias de comunicação e mobilização “sustentadas nos conhecimentos antigos do correio nagô” e as tecnologias digitais de comunicação” (Barros, T. 2020, p.206). Reuniram-se cerca de 50 mil mulheres negras das cinco regiões do Brasil para marchar contra o racismo, a violência e pelo bem viver, em Brasília (DF), no dia 18 de novembro de 2015.

No Documento Analítico e Declaração da Marcha (2015) o coletivo de mulheres denunciam “o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração [...] e que associa qualidade de vida a consumo”. Destaca-se ainda a crítica às propostas desenvolvimentistas brasileiras, executadas a partir da reprodução de lógicas “violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos”. Segundo elas, tais saberes e fazeres “correspondem ao padrão tecnológico das sociedades, onde tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas”. Esta concepção de tecnologia argumentada por elas evoca as relações de poder no ciberespaço, onde as práticas violentas contra pessoas racializadas no *online* ocasionam propositalmente a manutenção do poder para a branquitude.

Pesquisadoras defendem “a apropriação das tecnologias por parte de grupos socialmente excluídos como potencial exercício de práticas de resistência e negociação frente ao processo de globalização (Lima e Oliveira, 2019, p. 10)”. Barros. Z. (2009), por exemplo, estimula mulheres negras a aproveitarem as oportunidades de interação possíveis no ciberespaço para criação de redes “cuja atuação extrapolem o espaço virtual e permitam, por sua vez, a criação de estratégias coletivas - e também presenciais - para o enfrentamento da exclusão (p. 4)”.

O advento da Web 2.0 permitiu a expansão das lutas de movimentos sociais, com destaque para os feministas latino-americanos, que passaram a atingir uma ampla diversidade de classes e movimentos sociais. Essa guinada estratégica “que facilitou a criação e consolidação de redes entre coletivos e organizações feministas, permitiu o surgimento de novos grupos, [...] bem como colaborou com o desenvolvimento de novas estratégias e áreas de atuação” (BARROS. Z. 2009, p. 5).

As mulheres negras vêm atuando no sentido de não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também da capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação, pois falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas. (Carneiro, 2003, p. 126).

Um exemplo é o Geledés - Instituto da Mulher Negra², organização da sociedade civil criada por Sueli Carneiro em 30 de abril de 1988, que avigora a sua atuação depois da criação do Portal Geledés, em 1997. A página *web* configurou-se como um espaço de expressão pública das ações e compromissos políticos da organização, ao mesmo tempo em que se consolidou como disseminadora de reportagens, artigos, documentos e denúncias de questões étnico-raciais, de gênero e temas interligados. A internet pode contribuir para mobilização social, mas não só isso. É possível aos atores sociais “a criação de novos canais e circulação de informação, colaborar na construção identitária [...] e transformação organizacional”

² É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. Referência: www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional

(Lima e Oliveira, 2020, p. 11), deste modo a internet configura-se como uma ferramenta que pode ser utilizada para o ativismo.

Nesse sentido, aconteceu entre os dias 20 e 25 de novembro de 2012, “a primeira grande marcha de mulheres negras online (Neves, 2020, p. 207)”: a Blogagem Coletiva Mulher Negra. O objetivo era aproximar duas datas significativas, o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e o Dia Internacional de Combate À Violência Contra a Mulher (25 de novembro), para colocar em evidência a mulher negra, personagem central de ambas as discussões (Blogagem Coletiva, 2012). A blogagem incentivou mulheres negras de todo o país a fazerem postagens sobre temas como sexualidade, beleza, direitos humanos, consumo e representatividade, nas plataformas wordpress, Facebook e Twitter, utilizando as *hashtags* #bcmulhernegra e #bcmulheresnegras.

O êxito da Blogagem Coletiva “revelou não somente a existência de um grupo de blogueiras negras e afrodescendentes escrevendo muito bem e muito; mas também a necessidade de criarmos espaços de visibilidade para produção tão significativa” (Nunes, 2014), assim surgiu também em 2012 outra iniciativa marcante para o ciberativismo de mulheres negras no Brasil, o Blogueiras Negras³. No site (blogueirasnegras.org/), são reunidas e estimuladas as produções por e para mulheres negras.

Barros, Z. (2009) chama atenção a necessidade de analisar criticamente as possibilidades oferecidas pela cultura digital, tendo em vista que a evolução tecnológica além de provocar a introdução de novos produtos e usos, também ocasiona a “alteração de comportamentos prévios e a emergência de novos comportamentos num dado grupo social (p. 03)”.

“É um cenário controverso, tendo em vista que no mundo real mulheres negras presenciam seus discursos serem invisibilizados pelos meios de comunicação tradicionais, mas no ambiente digital, onde também se reproduzem violências estruturais, permite às mulheres negras um alcance discursivo incalculável (Lima e Oliveira, 2020, p. 10).

Blogueiras Negras, Blogagem Coletiva e Portal Geledés (através de um espaço *Guest post*), iniciativas encabeçadas por feministas negras, estimulam e amplificam a escrita protagonista e as mobilizações sociais de mulheres negras na internet.

³ Em 2013, Charô Nunes, Larissa Santiago e Maria Rita Casagrande criaram o site colaborativo Blogueiras Negras (BN).

Ademais, os novos espaços de produção e veiculação de informações fornecidos pela internet, como as plataformas de mídias sociais, ao serem apropriados por feministas negras, são ferramentas que oportunizam “contestar estereótipos e discursos que deformam e marcam negativamente mulheres, negros, corpos e sexualidades dissonantes (Lima, 2017, p.5)”.

Ao mobilizar reflexões acerca de assuntos como racismo, machismo, classismo, lesbofobia, transfobia, gordofobia, a partir de experiências pessoais, situações cotidianas, casos midiáticos e tendo por base a produção de acadêmicas negras (especialmente as brasileiras e norte americanas), as mulheres negras em atuação na web tem desenvolvido uma produção que confronta as bases epistemológicas de orientação etnocêntrica e que se constitui como contranarrativas ao discurso hegemônico que invisibiliza e silencia a experiência negra e feminina. (Lima, 2017, p. 6 e 7).

4.2 Atuações estratégicas de ciberativistas negras

A produção contra-hegemônica e contranarrativa de mulheres negras, mesmo antes da Internet, já eram vistas como ameaças dentro de um sistema racista-cissexista. “Somos vistas como suspeitas, promotoras da desordem e ameaças à segurança da sociedade, que sempre esteve em condição de tensão diante de um conglomerado de gente preta, cuja cidadania nunca foi plena” (Barros, T. 2020, p. 209).

Sendo os marcadores de gênero e raça determinantes no acesso, uso e desenvolvimento das tecnologias, foi-se observado que ao mesmo tempo em que se multiplicam as produções engajadas de ciberativistas, multiplicam-se também

“estudos acadêmicos, matérias jornalísticas e denúncias de organizações de direitos humanos que apontam o crescimento da violência digital contra grupos identitários, disseminação do ódio, hipervigilância e manipulação em níveis inéditos, como a disseminação de Fake News, estratégias amplamente utilizadas nas eleições de 2018 e que favoreceram a ampliação dos quadros da extrema-direita no legislativo e no executivo”. (Oliveira e Lima, 2017, p. 11)

A Safernet⁴, através do serviço Hotline - recebimento de denúncias anônimas de crimes e violações de Direitos Humanos na Internet - identificou que no período entre 2006 e 2020, o racismo foi o crime de ódio mais denunciado no Brasil, com cerca de 600 mil casos reportados, valor correspondente a 23% dos crimes de ódio

⁴ “A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em 20 de dezembro de 2005, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil”. Referência: <http://safernet.org.br/>

recebidos pela plataforma dentre as sete categorias de denúncia estabelecidas, ficando atrás apenas da categoria de apologia e incitação a crimes contra a vida, consoante com o gráfico abaixo:

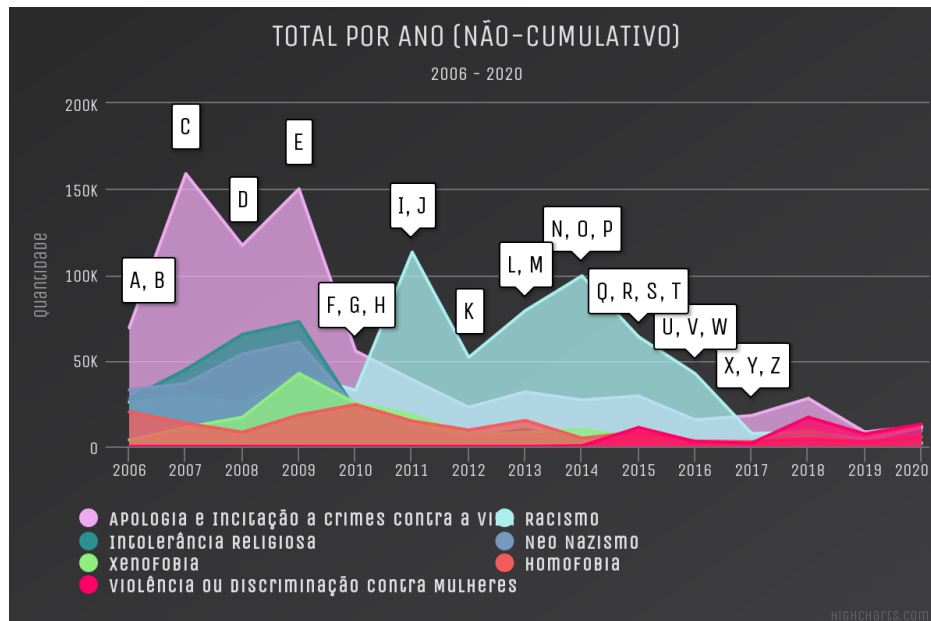


Gráfico 2: Total de denúncias de discurso de ódio entre 2006 e 2020. (SaferNet, 2020)

Por definição, discurso de ódio segundo a SaferLab⁵ são "manifestações que atacam e incitam ódio contra determinados grupos sociais baseadas em raça, etnia, gênero, orientação sexual, religiosa ou origem nacional", sendo os principais alvos destes discursos LGBTs, pessoas negras, mulheres e outras minorias sociais.

Um estudo realizado por Trindade (2018), identificou que mulheres negras são as principais vítimas de discurso de ódio no Facebook. O autor analisou mais de 109 páginas de Facebook e 16 mil perfis de usuário, além de 224 artigos jornalísticos que citam casos de racismo nas redes sociais brasileiras entre os anos de 2012 e 2016, e chegou a conclusão de que 81% das vítimas de discurso depreciativo nas redes sociais são mulheres negras, na faixa etária de 20 e 35 anos. Foi identificado também que 65% dos usuários que disseminam os discurso de ódio são homens, com idade entre 20 e 25 anos.

Os desafios se tornam ainda mais complexos quando analisamos a materialidade dos modos pelos quais o racismo se imbrica na infraestrutura ou na interface das

⁵ É um laboratório de ideias que apoia o protagonismo de jovens na criação de projetos que ajudam a tornar a internet um lugar melhor - com mais diálogo e respeito à diversidade Referência: <http://saferlab.org.br/>

tecnologias digitais, como no reconhecimento facial e processamento de imagens ou na recomendação de conteúdo, recursos automatizados dificilmente identificáveis pelos usuários (SILVA, Tarcízio. 2020). Nesse sentido, pesquisadores do Brasil e do mundo se debruçam em desvendar as origens e profundidades de temas como Racismo Algorítmico (Silva, Tarcízio. 2019; Silva, Tarcízio. 2020; Silva, Tarcízio. 2020). Capitalismo de Vigilância (Zuboff, 2019) e Colonialismo de Dados (Coldry e Mejias, 2019).

“Manifestações algorítmicas de racismo são microagressões frequentes de diversos tipos, que podem afetar os usuários de plataformas de forma individual ou vicária” (Silva, Tarcízio. 2020, p. 136). Ao exemplificar o racismo algorítmico, o autor apresenta notícias como “Mecanismos de busca de bancos de imagens inviabilizam famílias de pessoas negras”⁶ e “App que transforma selfies equipara beleza à brancura”⁷.

Em *Dark matters: on the surveillance of blackness* a pesquisadora estadunidense Simone Browne, ao escrever sobre as tecnologias de biometria, que criam padrões de rosto, por exemplo, afirma que existe uma “falsa ideia de que certas tecnologias de vigilância e sua aplicação é neutra em relação à raça, gênero, deficiência e outras categorias de determinação e suas intersecções” (p. 128) e que os corpos de mulheres negras são 9 vezes mais vigiados em câmeras de aeroportos. (Barros, T. 2020, p. 209)

Nas discussões sobre Capitalismo de Vigilância, Zuboff (2019), explica que o termo se refere a uma “economia de vigilância” que “baseia-se em um princípio de subordinação e hierarquia”:

Nós não somos mais os sujeitos da realização do valor. Também não somos, como alguns já afirmaram, o “produto” vendido pelo Google. Somos os objetos cuja matéria é extraída, expropriada e em seguida injetada nas usinas de inteligência artificial do Google, as quais fabricam os produtos preditivos que são vendidos a clientes reais – as empresas que pagam para jogar nos novos mercados comportamentais. (Zuboff, 2019)

Esta configuração moderna do Capitalismo, sob a ótica de exploração da análise de dados de grupos sociais inteiros, gera impactos severos em populações já marginalizadas, como nos casos de povos ameríndios em territórios demarcados ou em vias de demarcação, quilombolas, comunidades periféricas, periferias e favelas

6

<http://desabafosocial.com.br/blog/2017/06/12/desabafosocial-interfere-no-mecanismo-de-busca-do-maior-banco-de-imagem-do-mundo/>

7

<https://www.theguardian.com/technology/2017/apr/25/faceapp-apologises-for-racist-filter-which-lightens-users-skintone>

dos centros urbanos; e comunicadores periféricos. O processo está além de uma fase de acumulação, podendo ser lida como uma nova fase histórica, já que se configura em práticas de extração de riqueza concentradas nas pessoas e em suas relações, fenômeno nomeado de Colonialismo de Dados (Costa Júnior, 2019). O “uso de dados, está para além dos usos econômicos que se podem fazer dessas informações, sendo úteis também para escamotear as liberdades democráticas” (Raul, 2019, p. 184).

Estas táticas de controle e vigilância que se atualizam no ciberespaço, acarretam ainda em uma mudança no comportamento de ciberativistas. Se inicialmente a estratégia era a exposição de si como estratégia de visibilidade e protagonismo, a valorização da privacidade torna-se mais tarde a principal forma de segurança (Barros, T. 2020, p. 209).

As matrizes tecnológicas africanas e espalhadas em diáspora se materializam na força do que faz a gira girar. Está no culto aos Orixás, nas rodas de samba, reza, contação de histórias ou capoeira, no canto, dança e na musicalidade, saberes e fazeres preservados graças a (ciber)segurança de pessoas negras que hackeiam o sistema para manterem vivas as suas tradições (Ligiério, 2011; Rodrigues da Silva e Brito Dias 2020, Barros, T. 2020). Saberes que se atualizam também nas encruzilhadas estratégicas de mulheres negras que se apropriam das tecnologias digitais, ao mesmo tempo em que combatem as brechas tecnológicas de gênero e raça.

“Atentas a isso, inclusive, é que em entrevista ao site do Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação e Tecnologias Digitais, Larissa Santiago ressaltava a necessidade de mulheres negras buscarem “ferramentas, ações e táticas para se proteger, prevenir ou mitigar possíveis ataques ou ameaças on e offline” (2019). Para essa orientação, um conjunto de coletivos feministas criou *A Guia Prática de Estratégias e Táticas para a Segurança Digital Feminista* (2017) com o “objetivo de proporcionar às mulheres maior autonomia e segurança na internet” (p.10), dicas de cuidados digitais para mulheres negras de toda a América Latina. (Barros, T. 2020, p. 209 e 210)

Na PretaLab, além da coleta e análise de dados, foi realizada ainda uma série de vídeos que reúne passagens com histórias e depoimentos de algumas das participantes do projeto. Nas entrevistas elas mencionam 15 iniciativas criadas e/ou protagonizadas por mulheres negras ciberativistas, são elas: BlackRocks Startup, Blogueira Negras, Coletivo Nuvem Negra, Criola, DataLabe, Desabafo Social,

GatoMídia, Info Preta, Instituto Mídia Étnica, MariaLab, Minas Programa, Olabi / PretaLab, OxenTI Menina, Pretas Hackers e Preta, Nerd e Burning Hell.

Lima e Oliveira (2019), com o objetivo de compreender as apropriações de tecnologias por estas mulheres negras, desenvolveram um estudo de análise dos dados estatísticos e depoimentos em vídeo da pesquisa PretaLab, além dos 15 projetos mencionados pelas entrevistadas. Os resultados da pesquisa indicam que mulheres negras “buscam dominar as tecnologias, a fim de propor soluções para as brechas tecnológicas e fazer uso social das habilidades adquiridas (p. 1)”.

Dessa maneira, apresentaremos no próximo tópico uma análise das apropriações e usos das TICs por ciberativistas negras para a criação e desenvolvimento da plataforma Conexão Malunga.

5. CIBERATIVISMO DE MULHERES NEGRAS NA PLATAFORMA CONEXÃO MALUNGA

Nesta parte do texto apresentamos uma análise exploratória do ciberativismo de mulheres negras na plataforma Conexão Malunga. Deste modo são apresentados o contexto de criação, os objetivos e fundamentos da Conexão Malunga, e as estratégias utilizadas pelas membras para viabilizar suas atuações na *web*.

5.1 Metodologia

Esta é uma pesquisa exploratória. Pesquisas dessa natureza visam a compreensão geral de determinado fato e “(...) tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (GIL, 2008, p. 27).

Com o objetivo de investigar as ações da plataforma Conexão Malunga que tem como fundamento o ciberativismo de mulheres negras, optamos por analisar trechos de entrevista realizada com a co-criadora da plataforma, Mariana Gomes, e depoimentos da co-criadora Glenda Dantas, autora destas linhas. Os depoimentos foram analisados tendo por base uma bibliografia que aborda as atuações ciberativistas negras.

Aplicamos ainda uma análise dos temas de 103 conteúdos textuais produzidos pela Conexão Malunga e publicados no site e na página da plataforma no Instagram, “método que tem sido aplicado em pesquisas nas Ciências da Informação e da Comunicação”. (SILVA, Thais. 2019, p. 491).

A análise do conteúdo “uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. Ikeda e Chang (2006) explicam que as técnicas da análise de conteúdo permitem que o pesquisador compreenda além dos significados explícitos em uma comunicação. Nas palavras da Bardin (2016, p. 15) “cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem”. (SILVA, Thais. 2019, p. 491)

Sendo assim, pôde-se examinar quais são as categorias temáticas que mobilizam as produções textuais na plataforma.

Embasada em Bardin (2016), Silva, Thais (2019, p. 491) explica que existem três diferentes fases da análise: 1. pré-análise: escolha dos documentos a serem analisados; formulação das hipóteses (afirmação provisória) e dos objetivos (finalidade geral), elaboração de indicadores para a interpretação final. 2.

exploração do material e 3. tratamento dos resultados: tratamento do resultado bruto para que este seja válido e significativo.

Na fase 2 utilizamos o software MAXQDA⁸ para análise qualitativa, além de procedimentos de análise manual.

5.2 As rotas para a liberdade

As tecnologias são para os grupos sociais marginalizados, conforme Neuman (2008), de origem exógena. Tais grupos não são os criadores dessas tecnologias, elas lhes são impostas no contexto do mundo globalizado e de capitalização da informação. A autora atribui às TICs um dos mecanismos mais bem sucedidos da globalização devido a sua difusão, mas também um dos mais permeáveis, pois pode ser utilizada pelos grupos subalternos como ferramenta de resistência e negociação dentro desse contexto, mesmo considerando seu uso para o exercício do controle social (Oliveira e Lima, 2020, p. 27).

A Conexão Malunga é autodefinida como uma plataforma de discussão do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para emancipação, ancorada nos saberes afro-brasileiros. A plataforma é uma co-criação de Mariana Gomes e Glenda Dantas, que aproximam-se após ingressarem no mesmo período na graduação em Comunicação Social - Jornalismo, na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

Segundo Lima (2017), a maior inserção da população negra nas universidades, especialmente após a política de ações afirmativas, gerou neste grupo o desejo de protagonizar suas próprias histórias, sendo esta uma das grandes razões da mobilização de feministas negras na *web*. A Conexão Malunga, idealizada por Mariana Gomes, surge neste ensejo:

A ideia veio depois de eu amadurecer os saldos de muitas experiências na minha formação educacional. Desde que entrei na universidade tive vontade de juntar o que aprendia das ciências sociais com minha experiência anterior num grupo de pesquisa de robótica. Queria juntar a comunicação com a tecnologia. E sendo preta, tendo crescido num lar onde a minha história coletiva e a história da minha linhagem sempre foi contada, além de circular por espaços mil e aprender a me autodefinir não importasse onde, é que a ideia da Conexão Malunga foi mobilizada (Gomes, 2021, em entrevista concedida à Glenda Dantas).

A experiência de Mariana Gomes é atravessada também pela produção de conteúdos na blogosfera, participações em blogagens coletivas e de forma

⁸ MAXQDA é um software para análise de dados qualitativos e métodos mistos em pesquisas acadêmicas, científicas e comerciais.

autodidata aprendeu a programar o básico de html, design gráfico, edição de vídeo e produção de conteúdos, atravessamentos que também pesam na construção da plataforma.

Em 2019 ela me convida para construirmos juntas a Conexão Malunga. Na época eu participava de um projeto de extensão onde trabalhava com comunicação comunitária em um território vulnerável de Salvador/BA. No desenvolvimento de atividades naquele território compreendi na prática a importância das TIC para potencializar vozes, especialmente daquelas/es que vivem às margens da sociedade. Ao aceitar a parceria com Mariana, passei a me aprofundar em leituras sobre tecnologia, e hoje, mais do que atuar para diminuir o abismo das brechas digitais de gênero e raça, busco atrelar a este fazer, a promoção de autonomia e cidadania de todas as pessoas, dentro e fora do ciberespaço.

Em reportagens no site e publicações no perfil da plataforma no Instagram, é explicado que Malunga é uma palavra original do *kidumbu dilunga* angolano, e aqui no Brasil foi utilizada pelos nossos ancestrais escravizados em referência àqueles que chegam nestas terras no mesmo barco, no mesmo dia, no mesmo navio. Entretanto, é destacado que não é essa memória de dor que pretende-se resgatar na plataforma, mas a lembrança de que num cenário caótico foi possível ter coragem para sonhar coletivamente e construir um mundo sem escravidão, nos moldes que eram.

O meu encontro com a palavra malunga, que tão bem traduz a experiência afrobrasileira e permite que eu possa continuar andando com apoio de uma comunidade que se forma a partir do projeto - e que os saldos dessa caminhada sejam compartilhados (Mariana Gomes, 2021, em entrevista concedida à Glenda Dantas).

Eu e Mariana somos nativas digitais (Prensky, 2001), sendo assim, crescemos imersas em um circuito informacional mediado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Já possuindo referências em relações étnico-raciais e de gênero, bem como compreendendo os impactos desses marcadores nas tecnologias, temos ciência de que, assim como na produção intelectual de mulheres negras, as áreas da Ciência, Inovação e Tecnologia também são atravessadas pelo Epistemicídio, por isso

embasar a atuação da Conexão Malunga nos saberes afro-brasileiros, mais do que importante, é um fundamento. Nunca houve e não há mais como um país como o Brasil achar que é viável decidir sobre qualquer assunto público sem os aportes afrodiaspóricos e ameríndios. Tenho certeza que as tentativas hoje que se fiam por essa invisibilidade estão produzindo resultados que dialogam mais com a morte do que com a vida emancipada (Mariana Gomes, 2021, em entrevista concedida à Glenda Dantas Cardozo).

Lima (2017) explica que a atuação feminista negra na web, em blogs, plataformas de mídias sociais e produção de conteúdo, tornou possível a criação de “uma ruptura com o racismo epistêmico e a ausência de representações positivas de negros e negras na mídia que impactam negativamente as subjetividades e autoestima da população negra” (p. 7), e todo esse movimento, incluindo a contestação de estereótipos, “está profundamente marcado por posicionamentos políticos quanto a outro lugar que a população negra almeja na sociedade brasileira, um lugar que não esteja marcado pela subalternidade” (p. 7).

No dia 26 de outubro de 2019 a plataforma foi lançada, no Festival Baiano de Mulheres na Tecnologia (FEMTEC). Inicialmente com perfis no Instagram e Youtube, em 07 de maio de 2020 ingressamos também no Twitter, e em 09 de setembro de 2020 lançamos o site, sob o domínio conexaomalunga.org.br. Mais do que uma institucionalização, o site é uma maneira de segurança, ao não dependermos estritamente das plataformas de mídias sociais para publicizar as nossas ideias, tendo em vista os graves problemas envolvendo o desenvolvimento de plataformas, conforme explicitado no capítulo 3.

A Conexão Malunga é coordenada pelas duas co-criadoras, que são quem produzem os conteúdos e desenvolvem e executam projetos, entretanto, em 2020 contamos ainda com o apoio de sete jovens negras (5) e negros (2), das áreas de Ciências Sociais, Comunicação e Pedagogia para o desenvolvimento de ações pontuais e multidisciplinares.

5.3 Incidência política como estratégia para disputa de narrativas

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) é uma estrutura multissetorial que, dentre outras atribuições, é responsável pelo estabelecimento de diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil. Através do multissetorialismo, o comitê é composto por membros do setor governamental,

setor empresarial, terceiro setor, comunidade científica e tecnológica e representante de notório saber em assuntos de Internet.

O desenvolvimento de ações do CGI.br há uns anos chama atenção de ciberativistas negras, não somente pela sua importância, mas pela exclusão de pessoas diversas nestes espaços e o apagamento de discussões sobre gênero e raça no desenvolvimento da internet. Um dos exemplos é a inserção tardia da categoria raça na pesquisa TIC Domicílios, conforme fora mencionado (Soares, 2020; Barros, T. 2020).

Não obstante toda movimentação, no 9º Fórum de Internet do Brasil que aconteceu em 2019 na cidade de Manaus, o Comitê Gestor da Internet (CGI) recusou uma proposta de mesa temática composta por mulheres negras com a justificativa de “falta de diversidade”. A prática, nas mesas do evento a predominância era de homens brancos não nortistas. Por isso, é preciso quebrar o código, com segurança e cuidado (Barros, 2020, p. 210).

A Conexão Malunga compreende este cenário, e na tentativa de disputar narrativas, incidimos politicamente no Programa Youth Brasil (2019 e 2020), Fórum de Internet do Brasil (FIB) (2020), Fórum Jovem de Governança da Internet da América Latina e Caribe (YouthLAGIGF) (2020) e o Fórum Internacional de Governança da Internet (IGF), em Berlim (2019), promovendo discussões sobre as imbricações de gênero e raça.

A oportunidade de ir ao IGF Berlim por meio de uma bolsa do CGI.br, em 2019, me fizeram enxergar um campo ainda recluso na tecnologia, sobretudo negado às pessoas que não correspondem ao perfil masculino, hétero e branco: o da governança. E na viagem conheci pesquisadores e muitas lideranças jovens africanas que estão transformando seus países e suas regiões no âmbito da governança da Internet. Estando eu também em contato com as filosofias afrodiaspóricas, muito a partir da capoeira na época, eu percebi que se fosse pra disputar esse espaço desde o Brasil que precisávamos chegar com todo esse aporte ancestral da intelectualidade negra. Sabe, mais do que o nosso perfil, mais do que eu ser uma jovem negra, bissexual, nordestina e brasileira, existe um posicionamento político. O meu anda muito alinhado com minha identidade, no sentido de não negociar a vida de ninguém nessas oportunidades que temos com a Conexão Malunga, porque eu vejo os impactos de quando alguns setores acham que podem decidir sobre nossas vidas sem nos consultar. É essa mesma ancestralidade que orienta os passos que damos enquanto Conexão Malunga. (Mariana Gomes, 2021, em entrevista concedida à Glenda Dantas Cardozo).

Além da busca por espaços de compartilhamento e troca de conhecimentos na web, os feminismos buscam atrelar na sua atuação formas de participação e intervenção

nas agendas políticas da sociedade, considerando que grupos minoritários nem sempre tem espaço nas mídias tradicionais, a intenção é a busca na web por participação e visibilidade (Lima, 2017). Sendo assim, percebe-se que as estratégias na Conexão Malunga convergem com o de outras mulheres negras brasileiras, que “a partir de suas representações na rede, se apropriam das ferramentas online para formar comunidades, propagar os propósitos coletivos relacionados ao aprendizado e apropriação da tecnologia, disseminar informação relevante [...]” (Lima e Oliveira, 2020, p. 27 e 28).

5.4 Literacia Digital e as táticas de cibersegurança

Pensando no exercício da cidadania digital de todas as pessoas, um dos objetivos da Conexão Malunga é desenvolver ações que contribuam na literacia digital, aqui compreendida como a possibilidade de o indivíduo

Aceder à Web, compreendê-la e utilizá-la, criando conteúdos, compartilhando-os e consumindo-os de forma crítica, ética, segura e intencional. Neste sentido, a literacia digital possui três níveis: o acesso (à Web), a compreensão dos seus conteúdos (o que são, quem os produz, porque produz, como usa) e a utilização (das ferramentas digitais) (Sebastião, 2014, p.114).

No nível de acesso, conforme mencionado, busca-se a incidência política nos espaços de Governança da Internet, tensionando questões de gênero e raça, além de estimular discussões sobre acesso na produção textual da plataforma, com a produção de textos que evidenciam as vulnerabilidades que acometem pessoas pobres no Brasil ocasionadas pelas desigualdades no acesso, como na reportagem “Pandemia expõe a verdadeira face da desigualdade digital no Brasil”, que explicou como o Programa Auxílio Emergencial, do Governo Federal, foi implementado no período da pandemia da Covid-19, sem considerar a realidade de milhões de brasileiros que não possui acesso ou as habilidades para usufruir das ferramentas digitais.

Os níveis da literacia digital relativos à compreensão dos conteúdos e utilização das ferramentas digitais, aparecem de forma imbricada na atuação da plataforma, através da 1) elaboração de conteúdos textuais, visuais e audiovisuais sobre internet e temas correlacionados. Tais conteúdos são publicizados nos perfis da plataforma nas redes sociais, e em matérias jornalísticas no site

conexaomalunga.org.br; 2) promoção de debates públicos com especialistas. Temas como Lei Geral de Proteção de Dados, vigilância e segurança pública combate às fake news e Capitalismo de Dados, já foram temáticas abordadas; e 3) promoção de debates públicos com as participantes da plataforma. Já foram discutidos temas como racismo algorítmico, Princípios para o Uso e Governança da Internet no Brasil, e Tecnologias Ancestrais: Internet e cuidado durante a pandemia da Covid-19.

Nesse sentido, “certas da relevância de ocupar os espaços de criação tecnológica, mulheres feministas que acessaram esses conhecimentos os estão multiplicando em iniciativas [...]” (Oliveira e Lima, pág 7), que além das já citadas, aparecem ainda em projetos e oficinas online de direito à comunicação e segurança digital integrada. Com ementa direcionada principalmente para mulheres negras, tendo em vista as vulnerabilidades deste público nos ambientes digitais, nas nossas formações são compartilhados saberes com o objetivo de estimular o público a apropriar-se das tecnologias para aceder à web de forma qualificada, segura e crítica.

No “Tecnologia: Rostos, vozes e cor”, por exemplo, firmamos uma parceria com 9 jovens engros e artistas da Bahia e de Sergipe, onde realizamos uma formação em segurança digital como estratégia de promoção da visibilidade de artistas independentes, a partir de referências da afrodiáspora, como Abdias do Nascimento e Audre Lorde. A formação gerou uma série de vídeos onde os jovens compartilham do saber que adquiriram sobre os fundamentos da legislação sobre Internet em nosso país, “provando na prática que a população negra sempre produziu tecnologia, e evocando que o rosto e a voz das tecnologias não podem continuar sendo representados só pela branquitude ou pensamentos e modelos de negócios eurocentrados” (Conexão Malunga, 2020). Contribuímos ainda com uma formação em Segurança Digital Integrada para as membras do Coletivo Beatriz Nascimento de estudantes negros da Universidade Federal de Sergipe.

Em outubro de 2020 contribuímos no módulo “Segurança Digital Integrada”, no Curso de Comunicação Estratégica para Organizações Sociais do projeto Redes-RJ da ONG Criola, realizado em parceria com a COMMBNE (Comunicação, inovação, raça e etnia), onde formamos cerca de 40 mulheres de diversas organizações sociais negras do Brasil. Integramos ainda o grupo de formadoras do Centro de

Formação de Mulheres Negras Maria Firmina dos Reis, projeto da Rede de Mulheres Negras RJ, com apoio do Fundo Elas - Mulheres em Movimento 2020, que objetivou instrumentalizar cerca de 70 mulheres negras para o exercício pleno de seus direitos.

A ementa para os cursos, desenvolvida por Mariana Gomes e pela pedagoga Driele Oliveira, parceira da Conexão Malunga em 2020, visa uma metodologia emancipatória que “entende que o educando possui repertório cultural, leituras de mundo e acervos linguísticos que podem ser utilizados no desenvolvimento do seu estudo”, para isso partem do estímulo as pessoas participantes de reconhecerem suas habilidades e ideias sobre tecnologia, exercício considerado por elas como fundamental para que pessoas que não satisfazem as identidades hegemônicas do cisheteropatriarcado branco se imaginem para além do acesso às TIC’s. Esta estratégia conflui com outras iniciativas de mulheres negras na *web* que visam o combate às opressões que aparecem para grupos subalternizados no espaço digital, investigadas por Raul (2019), segundo a qual,

para além do questionamento as plataformas e sistemas algorítmicos, iniciativas de grupos a partir da própria área de tecnologia [atuam] para a transformação desse quadro. Partindo da análise interseccional da sociedade ocidental se verifica diferentes orientações teórico-metodológicas produzindo teoria, tecnologia e conteúdo como resposta à perpetuação de injustiças e seus desdobramentos políticos, econômicos e culturais (p. 186).

5.5 Produção de conteúdo digital

Com o objetivo de analisar as temáticas predominantes nas produções textuais da Conexão Malunga, foram considerados como corpus de pesquisa, na etapa de pré-análise, os 13 textos publicados até o dia 25 de maio de 2021, na aba “notícias” do site da Conexão Malunga, e 90 publicações do perfil da plataforma no Instagram, também até esta data, totalizando 103 publicações.

Uma nuvem foi criada para verificar as 50 palavras mais frequentes nas publicações. Foram excluídas da análise as palavras que não explicitam de forma clara a temática da publicação (como preposições, artigos, verbos, etc.). As maiores palavras são as que aparecem com mais frequência e as menores as que aparecem menos.



Quadro 1: Nuvem das 50 palavras que envolvem os temas mais frequentes presentes em publicações nas redes e site da plataforma Conexão Malunga

Além de termos que explicitam o foco da plataforma, como ‘internet’ e ‘tecnologia’, percebemos que aparecem em evidência as palavras ‘genocídio’, ‘racismo’, ‘cultura’, ‘mulheres’, ‘liberdade’, ‘segurança’ e ‘negras’. Estes termos, dialogam com a forma com que mulheres negras “se apropriam da escrita e das TICs para a luta contra o racismo, o machismo, a exploração de classe, a LGBTfobia, entre outras opressões que podem acometer a vida da mulher negra” (SILVA, Thais. 2019, p. 499).

Categoria	Frequência	Temas (frequência)
Tecnologias	400	Internet (170); Tecnologia (129); Digital (52); Comunicação (39); Ciberativismo (10).
Raça e Gênero	286	Racismo (58); Negra (56); Negras (55); Mulheres (36); Genocídio (26); Negro (20); Diáspora (14); Abolição (10); Indígenas (11).
Cibersegurança	163	Segurança (33); Lei (32); Privacidade (31); Vigilância (23); Protestos (18);

		Emancipação (14); LGPD (12).
Temas Frequentes	127	Pandemia (48); Covid-19 (24); Policial (20); Democracia (20); Desinformação (15).

Tabela 1: Categorias temáticas mais presentes em publicações textuais nas redes e site da Conexão Malunga

Na tabela, as quatro categorias apresentadas foram definidas tomando como base a bibliografia sobre ciberativismo de mulheres negras, apresentada ao longo desta monografia, entretanto a primeira categoria aparece apenas de maneira ilustrativa, devido a grande quantidade de menções, pois por serem fundamentais no escopo da Conexão Malunga, aparecem em todas as publicações. Observamos que a segunda categoria, Raça e Gênero, normalmente não é o tema principal das publicações, mas configura-se como fundamento para pensar as demais categorias Tecnologias, Cibersegurança e Temas Frequentes, correspondendo com o embasamento em saberes afro-diaspóricos. Ambas as categorias ‘Tecnologias’ e ‘Raça e Gênero’ são tratadas como temas macro, tendo em vista que estão presentes em todas as discussões. Enquanto as demais ‘Cibersegurança’ e ‘Temas Frequentes’, serão os temas micro, pois aparecem em menor frequência nos conteúdos.

Importante destacar que, apesar de serem temas micro, eles podem aparecer de forma simultânea em alguns casos, especialmente nos textos mais longos, como os publicados no site da plataforma. Nas publicações no Instagram, de forma geral, os textos contemplam um tema micro por vez, tendo em vista o limite de caracteres para as legendas na plataforma.

A cibersegurança desponta como a categoria micro temática com maior número de produções textuais. Observamos explicitamente o intuito das escritoras em promover discussões sobre o uso das TICs com autonomia, através de publicações frequentes sobre estratégias de segurança digital, discussões sobre vigilância e direitos digitais, este último teve destaque em publicações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº 13.709/2018, fator influenciado pelo período em que ela passou a entrar em vigor, no dia 18 de setembro de 2020. A LGPD não foi a única discussão atual a se tornar pauta na produção textual da plataforma.

Tendo em vista que a pandemia da Covid-19 começou no Brasil apenas 04 meses após o lançamento da Conexão Malunga, em 26 de fevereiro, observamos que as palavras Covid-19 e Pandemia aparecem com muita constância entre os Temas Frequentes, principalmente em publicações que discutem sobre *fake news* neste período, e o aumento no consumo de Internet, ocasionado pelas medidas de isolamento. As palavras 'Policial' e 'Protestos' aparecem com certa frequência em virtude de dois acontecimentos emblemáticos de violências raciais ocorridas no período analisado: o assassinato do afro-americano George Floyd pela polícia de Minneapolis, no dia 25 de maio de 2020, que gerou uma onda de protestos em todo o mundo, inclusive online, que colocou as *#blacklivesmatter* | *#vidasnegrasimportam* nos *trending topics*⁹ mundiais, e a chacina do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, no dia 06 de maio de 2021, que deixou pelo menos 25 mortos. Nos temas frequentes observamos ainda discussões de temas que envolvem conjuntura política, como Democracia e Desinformação.

⁹ Assuntos mais comentados do momento no Twitter.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento feminista negro, enquanto categoria de análise, permite a compreensão dos fenômenos relativos ao mundo do trabalho, comunicação e mídia, e como vimos, contribui para explicar fenômenos tecnológicos. É a partir do pensamento feminista negro que mulheres negras passam a reivindicar que o racismo o sexismo e as desigualdades sociais sejam consideradas como fundamento para as análises sociais e para o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil, de modo a reduzir desigualdades de forma radical.

Com base em um referencial de mulheres negras que analisam os fenômenos relativos aos seus ativismo, dentro e fora internet, foi possível analisar como as ONG Geledés, Blogagem Coletiva, Marcha de Mulheres Negras (2015) e Blogueiras Negras despontaram como ações fundamentais para pensar o ciberativismo de mulheres negras, bem como inferir nas relações das brechas digitais de gênero, com as questões raciais.

São muitos os desafios para mulheres negras na internet ainda hoje. Questões de acesso, ausência de diversidade no desenvolvimento das tecnologias, que resulta na reprodução do racismo e sexismo no código das plataformas, dentre outras questões. Mas, apesar dos indicadores alarmantes aqui apresentados, nós mulheres negras temos assimilado conceitos e práticas feministas negras ao nos apropriarmos de mecanismos fundamentais para reverberar globalmente nossas ideias e experiências. Neste caminho é que lançamos as “bases para uma articulação em rede potencializada por tecnologias como a Internet” (Barros, Z. 2009, p. 3).

A partir da análise da atuação da Conexão Malunga, foi possível notar que elas conversam com as identidades de raça e gênero que demarcam a formação de redes de mulheres negras no ciberespaço, conforme destacado nos exemplos citados ao longo da monografia. Lima e Oliveira (2020) explicam que estas iniciativas “possibilitam a circulação de outras visões de mundo que não são hegemônicas, a interação discursiva e o desenvolvimento de comunidades”, segundo as quais permitem “fortalecer o entendimento do que é pertencer e assim essas mulheres negras reunidas elaboram estratégias para fugir dos estigmas e da marginalização decorrentes das disparidades sociais” (p. 28).

De uma forma geral, são relacionadas problemáticas atuais da internet, como Vigilância, Desinformação, LGPD e Privacidade, com o Racismo e outras opressões interligadas, e ao apresentar os temas de forma facilitada e incorporando os saberes afrodiaspóricos, podem contribuir com uma autonomia digital ao sujeitos que acessam os conteúdos. Sendo assim, “o ciberespaço, mais do que lugar de memória (Nora, 1993) pode ser observado como local de propagação e produção de memórias diaspóricas negras (Raul, 2019, p. 170). A nossa pretensão com esta conclusão não é esgotar o tema, mas apresentar uma das possibilidades de análise deste fenômeno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. **Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos**. Informação & Informação, v. 19, n. 2, p. 191-214, out. 2014.

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/20000/pdf_24>

Acesso em: 10 de março de 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARLOW, John Perry. **Declaração de Independência do Ciberespaço**. 1996.

Disponível em: <<https://nic.br/publicacao/uma-declaracao-de-independencia-do-ciberespaco/>>.

Acesso em: 10 de maio de 2021.

BARROS, Thiane Neves. Estamos em marcha! Escrevivendo, agindo e quebrando códigos. In SILVA, Tarcizio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais. Olhares afrodiaspóricos**. SP: LiteraRua, 2020, p.184-199.

BARROS, Zelinda. **Feminismo Negro e Internet**. 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

Blogagem Coletiva. 2012. Disponível em: <<https://blogagemcoletivamulhernegra.wordpress.com/ano2012/>>. Acesso em: 06 de abril de 2021.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>> . Acesso em: 02 de abril de 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Conexão Malunga. 2020. Disponível em: <<https://conexaomalunga.org.br/2020/10/26/um-ano-de-conexao-malunga-confira-os-melhores-momentos/>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

CGI.br/RES/2009/003/P - **PRINCÍPIOS PARA A GOVERNANÇA E USO DA INTERNET NO BRASIL**. Disponível em: < <https://principios.cgi.br/> >. Acesso em: 02 de abril de 2021.

COLDRY, Nick; MEJIAS, Ulisses. **The Costs of Connection: How Data Colonizes Human Life and Appropriates it for capitalism**. Stanford University Press, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COSTA JUNIOR, Luiz Carlos Pinto da. **Colonialismo de dados: como elementos afroperspectivistas podem contribuir na resistência ao capitalismo de vigilância**. 2019. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ocs/index.php/descolonial/ivdescolonial/paper/view/930>>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

DIEESE. **O emprego doméstico no Brasil**. 2013. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

DIEESE. **A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação**. 2005. Disponível em <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005_mulhernegra.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In LIMA, Márcia e RIOS, Flávia (org.). **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 49 - 64.

_____ A categoria político-cultural da amefricanidade. In LIMA, Márcia e RIOS, Flávia (org.). **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 127 - 138.

_____ Racismo e sexismo na cultura brasileira. In LIMA, Márcia e RIOS, Flávia (org.). **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75 - 93.

hooks, bell. **Intelectuais Negras**. Revista Estudos feministas. Nº2, 1995. vol.3. 1995, p. 464-478.

_____ **E eu não sou uma mulher?**. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 2020.

INTERVOZES. **Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news**. 2019.

IBGE. **Estatísticas de Gênero-Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=1820>>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

INTERNETLAB; REDE CONHECIMENTO SOCIAL. **Domésticas conectadas: acessos e usos de internet entre trabalhadoras domésticas em São Paulo**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/wpcontent/uploads/2018/07/domesticas-conectadas_.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2021.

LEMOS, André. **Cibercultura - Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre, Sulina, 2015.

LIMA, Dulcilei. INTERSECCIONALIDADE E CIBERATIVISMO: RAÇA, GÊNERO E TIC'S. 2017. **13º Mundos e Mulheres & Fazendo Gênero 11** - Simpósios. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1491323274_ARQUI>

VO_Dulcilei-C-Lima_Interseccionalidade-genero-raca-e-TIC_revisado(2).pdf>.

Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

LIMA, D. C.; OLIVEIRA, T. **Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 59, p. e205906, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8664487>>.

Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

MARCA CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER. **DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO**. 2015. Disponível em: <<http://fopir.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/1600>>. Acesso em: 02 de março de 2021.

NATANSOHN, L. Graciela (Org.). **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. E-book. Ed. em português revista e ampliada.. 1. ed. v. 1. 192p . Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NIC.BR|CETIC.BR. **TIC Domicílios**. In: TIC Domicílios. 2019. ed. [S. l.]: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 23 nov. 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/publicacoes/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

NUNES, Charô. **Quem somos. Reinventando a tela**. 2004. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

OLABI. **PretaLab Levantamento**. 2018. Disponível em: <https://assets-global.website-files.com/5b05e2e1bfcfaa4f92e2ac3a/5b3681cfaf96768cd48a257b_PretaLab_Levantamento_18.06.28.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2021.

PINHEIRO, B. C. S. **Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, [S. l.], v. 19, p. 329–344, 2019. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2019u329344. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/13139>. Acesso em: 05 de maio 2021.

PRENSKY, Marc. **Digital Natives, Digital Immigrants**. On the Horizon, Bradford, v. 9, n. 5, p. 2-6, out. 2001.

PRETALAB REPORT [<https://www.pretalab.com/>. 2018]. Acesso em 10 de abril de 2021.

RAUL, J. M.. Entre silêncios e protestos: Uma reflexão sobre escrita preta no ciberespaço. **Construções identitárias e TICs: o caso do blog “Blogueiras Negras”**. Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v. 3, p. 166-194, 2019. <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.44955>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/44955>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFERLAB REPORT [<http://saferlab.org.br/o-que-e-discurso-de-odio/index.html>]. Acesso em 10 de maio de 2021.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Políticas de acesso à Internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos**. Cadernos Adenauer xvi, nº3 Internet e sociedade Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2015. Disponível em: <http://ctpol.unb.br/wp-content/uploads/2019/04/2015_SILVA_Acesso-Internet.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código**. In: SILVA, Tarcízio (org.). Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020, p. 127-146.

_____ VISÃO COMPUTACIONAL E RACISMO ALGORÍTMICO: BRANQUITUDE E OPACIDADE NO APRENDIZADO DE MÁQUINA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 31, fev. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/744>>.

_____ **Teoria Racial Crítica e Comunicação Digital: conexões contra a dupla opacidade**. In: POLIVANOV, B.; ARAÚJO, W.; OLIVEIRA, C. G.; SILVA, T. Fluxos em redes sociotécnicas: das micronarrativas ao big data. São Paulo: Intercom, 2019. Disponível em

<https://www.researchgate.net/publication/338127347_Teoria_Racial_Critica_e_a_Comunicacao_Digital_conexoes_contra_a_dupla_opacidade>.

SILVA, Thais. **Construções identitárias e TICs: o caso do blog “Blogueiras Negras”**. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 12, p. 488-504, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.156752. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/156752>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

SHOSHANA, Zuboff. **Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização informacional**. In.: BRUNO, Fernanda et al. Tecnopolíticas da vigilância – perspectivas da margem. São Paulo, 2019.

_____ **Um capitalismo de vigilância**. Le Monde Diplomatique, 2019. Disponível em: <diplomatique.org.br/um-capitalismo-de-vigilancia/>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

SOARES, M. G. S. **Mediatização na América Latina: ciberativismo de mulheres negras brasileiras no início do séc. XXI**. Faculdade de Comunicação. UFBA. 2020.

TRINDADE, Luiz Valerio P. Mídias Sociais e a Naturalização de Discursos Racistas no Brasil. In SILVA, Tarcizio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais. Olhares afrodiaspóricos**. SP: LiteraRua, 2020, p.27-44.

_____ **It is not that funny. Critical analysis of racial ideologies embedded in racialized humour discourses on social media in Brazil**. PhD Thesis, University of Southampton. Sociology, 2018b.